

Companhia
Transudeste de
Transmissão

**Demonstrações contábeis
regulatórias em 31 de
dezembro de 2017 e 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	3
Balancos patrimoniais regulatórios	6
Demonstração do resultado regulatório	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio social	9
Demonstração de fluxo de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	11



KPMG Auditores Independentes

Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários

30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil

Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil

Telefone +55 (31) 2128-5700, Fax +55 (31) 2128-5702

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

**Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Companhia Transudeste de Transmissão S.A.**

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia Transudeste de Transmissão ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração da Companhia Transudeste de Transmissão com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Transudeste de Transmissão em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia Transudeste de Transmissão a cumprir os requerimentos da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Companhia Transudeste de Transmissão preparou um conjunto de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 8 de março de 2018.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

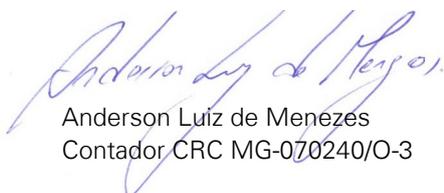
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 27 de abril de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Anderson Luiz de Menezes
Contador, CRC MG-070240/O-3

Companhia Transudeste de Transmissão

Balancos patrimoniais regulatórios 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Ativo circulante				Passivo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		2.026	4.123	Fornecedores		172	122
Concessionárias e permissionárias	4	2.626	2.643	Empréstimos e financiamentos e debêntures	6	4.052	19.067
Tributos compensáveis		118	126	Obrigações sociais e trabalhistas		36	42
Despesas pagas antecipadamente		3	3	Tributos		638	613
Outros		<u>104</u>	<u>58</u>	Dividendos declarados		3.917	888
Total do ativo circulante		<u>4.877</u>	<u>6.953</u>	Encargos setoriais		1.201	1.015
				Outros passivos circulantes		<u>746</u>	<u>773</u>
Ativo não circulante				Total do passivo circulante		<u>10.762</u>	<u>22.520</u>
Concessionárias e permissionárias	4	203	194				
Outros ativos não circulantes		11	11	Passivo Não Circulante			
Imobilizado	5	61.294	63.754	Empréstimos e financiamentos e debêntures	6	45.648	-
Intangível	5	<u>2.561</u>	<u>2.580</u>	Outros passivos não circulantes		200	772
Total do ativo não circulante		<u>64.069</u>	<u>66.539</u>	Total do passivo não circulante		<u>45.848</u>	<u>772</u>
				Patrimônio líquido	7		
Total do ativo		<u><u>68.946</u></u>	<u><u>73.492</u></u>	Capital social		30.000	30.000
				Reserva de lucro		<u>(17.664)</u>	<u>20.200</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>12.336</u>	<u>50.200</u>
				Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>68.946</u></u>	<u><u>73.492</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Transudeste de Transmissão

Demonstração do resultado regulatório

Exercícios findos em 31 de dezembro 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Receita / Ingresso	Nota	2017	2016
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	8	25.105	23.685
Tributos			
PIS		(163)	(154)
Cofins		(753)	(711)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e desenvolvimento – P&D		(237)	(220)
Quota para reserve de reversão – RGR		(627)	(592)
Taxa de fiscalização de energia		(98)	(95)
		<u>23.227</u>	<u>21.913</u>
Receita líquida / Ingresso líquido			
Custos gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e administradores	9	(712)	(608)
Material		(11)	(13)
Serviços de terceiros		(1.181)	(1.437)
Arrendamento e aluguéis		(368)	(21)
Seguros		(9)	(9)
Doações, Contribuições e Subvenções		(22)	(22)
Tributos		(6)	(8)
Depreciação e Amortização		(2.510)	(2.506)
Outras Receitas Operacionais		-	-
Outras Despesas Operacionais		-	(1)
		<u>18.408</u>	<u>17.288</u>
Resultado da atividade			
Resultado Financeiro			
Despesas financeiras		(2.688)	(4.284)
Receitas financeiras		689	877
		<u>16.409</u>	<u>13.881</u>
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro			
		<u>16.409</u>	<u>13.881</u>
Despesa com Impostos sobre o Lucro	10	(984)	(1.004)
Resultado Líquido das Operações em Continuidade		<u>15.425</u>	<u>12.877</u>
		<u>15.425</u>	<u>12.877</u>
Resultado do exercício			
		<u>15.425</u>	<u>12.877</u>
Atribuível Aos:			
Acionistas Controladores		15.425	12.877
Lucro Por Ação		514,17	429,22
Básico - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores			
Detentores de Ações Ordinárias		514,17	429,22
Diluído - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores			
Detentores de Ações Ordinárias		514,17	429,22
Lucro por Ação Originado das Operações em Continuidade			
Básico - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		514,17	429,22
Diluído - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		514,17	429,22

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Transudeste de Transmissão

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Resultado do exercício	15.425	12.877
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>15.425</u></u>	<u><u>12.877</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Transudeste de Transmissão

Demonstrações das mutações do patrimônio social

Exercícios findos em 31 de dezembro 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	30.000	7.323	-	37.323
Reversão dos acionistas	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	12.877	12.877
Reserva legal	-	788	(788)	-
Dividendos adicionais propostos	-	12.090	(12.090)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>30.000</u>	<u>20.201</u>	<u>-</u>	<u>50.200</u>
Reversão dos acionistas	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	15.425	15.425
Reserva legal	-	824	(824)	-
Dividendos Declarados	-	(49.372)	(3.917)	(53.289)
Dividendos adicionais propostos	-	<u>10.683</u>	<u>(10.683)</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	30.000	(17.664)	-	12.335

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Transudeste de Transmissão

Demonstração de fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício		15.424	12.877
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa			
Depreciação e amortização		2.510	2.506
Imposto de Renda e Contribuição Social	10	983	1.004
Encargos de debêntures e variações monetárias		2.382	4.150
Outros		<u>82</u>	<u>-</u>
		21.381	20.537
(Aumento) redução no ativo			
Concessionárias e permissionárias	6	8	(405)
Tributos compensáveis		8	(100)
Outros ativos		<u>(51)</u>	<u>20</u>
		(35)	(485)
Aumento (redução) no passivo			
Fornecedores		50	7
Tributos e contribuições sociais		(960)	(887)
Taxas regulamentares		103	97
Outros passivos		<u>(597)</u>	<u>(343)</u>
		(1.404)	(1.126)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>19.942</u>	<u>18.926</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Imobilizado		<u>(30)</u>	<u>(19)</u>
Caixa líquido das atividades de investimento		(30)	(19)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos		(50.260)	(2.500)
Empréstimos /Financiamentos e encargos Obtidos		49.622	-
Empréstimos /Financiamentos e encargos Pagos		<u>(21.371)</u>	<u>(18.279)</u>
Caixa líquido das atividades de financiamento		(22.009)	(20.779)
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa		(2.097)	(1.872)
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		4.123	5.995
No fim do exercício		2.026	4.123
		(2.097)	(1.872)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Valores expressos em milhares de Reais)

1 Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia Transudeste de Transmissão está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Contábeis Estatutárias Societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As diferenças estão demonstradas na nota explicativa nº 3, para melhor entendimento do leitor.

3 Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis regulatórias são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas nas páginas 21 a 24, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

- **Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários são classificados em “valor justo por meio do resultado”, enquanto as Contas a receber do ativo financeiro são classificadas como “empréstimos e recebíveis”.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

- **Imobilizado em serviço:** Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

- **Imobilizado em curso:** Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os encargos financeiros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía nenhum ativo qualificável elegível a capitalização dos encargos de dívidas.

- **Intangível:** Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía nenhum intangível qualificável elegível a capitalização dos encargos de dívidas.

- **Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas não identificaram nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.
- **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como outros passivos financeiros.
- **Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
- **Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.
- **Provisões para contingências:** As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

Tributação

Impostos sobre a receita

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% e 7,6%;

Imposto de renda e contribuição social

Correntes

O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia é calculado pelo regime de lucro presumido.

Diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

- **Reconhecimento da receita:** A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.
- **Receita anual permitida (RAP):** A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no Contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.
- **Receita de juros:** A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.
- **Resultado por ação:** A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

4 Concessionárias e permissionárias

Composição das contas a receber

Descrição - R\$ Mil	Valores correntes						Provisão p/ Devedores Duvidosos	Total 2017	Total 2016
	Corrente a vencer		Corrente vencida						
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias			
Encargos de uso da rede elétrica	2.579	-	3	8	37	202	-	2.829	2.837
Total	2.579	-	3	8	37	202	-	2.829	2.837

5 Imobilizado

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transfer. (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Transmissão	84.473	-	-	-	-	84.473	-	(26.049)	58.424	60.911
Terrenos	21	-	-	-	-	21	-	-	21	21
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	1.053	-	-	-	-	1.053	-	(392)	661	696
Máquinas e Equipamentos	83.249	-	-	-	-	83.249	-	(25.528)	57.721	60.164
Móveis e Utensílios	150	-	-	-	-	150	-	(129)	21	30
Administração	18	-	-	18	-	37	18	(19)	18	4
Máquinas e Equipamentos	18	-	-	18	-	36	18	(18)	18	4
Móveis e Utensílios	1	-	-	-	-	1	-	(1)	-	-
Subtotal	84.492	-	-	18	-	84.510	18	(26.068)	58.442	60.915
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transfer. (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Transmissão	2.839	30	-	(18)	-	2.851	12	-	2.851	2.839
Máquinas e Equipamentos	2.839	30	-	(18)	-	2.851	12	-	2.851	2.821
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18
Subtotal	2.839	30	-	(18)	-	2.851	12	-	2.851	2.839
Total do Ativo Imobilizado	87.331	30	-	-	-	87.361	30	(26.068)	61.293	63.754

Companhia Transudeste de Transmissão
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015

A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Ativo Intangível em Serviço Transmissão	1.467	-	-	-	-	1.467	-	-	1.467	1.467
Servidões	1.467					1.467	-		1.467	1.467
Administração	101	-	-	-	-	101	-	(81)	20	40
Softwares	101					101	-	(81)	20	40
Subtotal	1.568	-	-	-	-	1.568	-	(81)	1.487	1.507
Ativo Intangível em Curso Transmissão	1.073	-	-	-	-	1.073	-	-	1.073	1.073
Servidões	694	-	-	-	-	694	-	-	694	694
Softwares	23	-	-	-	-	23	-	-	23	23
Outros	356	-	-	-	-	356	-	-	356	356
Subtotal	1.073	-	-	-	-	1.073	-	-	1.073	1.073
Total do Ativo Intangível	2.641	-	-	-	-	2.641	-	(81)	2.560	2.580

As taxas médias anuais de depreciação da Companhia são conforme segue:

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor Bruto 2017	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido 2017	Valor Líquido 2016
Em serviço					
Transmissão		84.473	(26.049)	58.424	60.911
Custo Histórico	2,95%	84.473	(26.049)	58.424	60.911
Administração		37	(19)	18	4
Custo Histórico	10,78%	37	(19)	18	4
		84.510	(26.068)	58.442	60.915
Em Curso - R\$ Mil					
Transmissão		2.851	-	2.851	2.839
		2.851	-	2.851	2.839
		87.361	(26.068)	61.293	63.754

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL n°. 474 de 2012 são as seguintes:

Transmissão	Taxas anuais de depreciação (%)
Condutor do sistema	2,70%
Equipamento geral	6,25%
Estrutura do sistema	2,70%
Religadores	4,00%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram::

Descrição do bem	em R\$ mil
1. 02 servidores	18

6 Empréstimos e financiamentos

6.1 Abertura do Endividamento - R\$ Mil

Instituição / Linha credora	Juros de curto prazo	Principal curto prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	42	4.010	45.648	49.700											
DEBENTURES - 2ª EMISSÃO	42	4.010	45.648	49.700	Sim	set/17	Subord/Quirog	CDI	107,75%	26/01/2018	Mensal	26/09/2018	26/09/2022	Mensal	SAC
Total por Dívida	42	4.010	45.648	49.700											
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	42	4.010	45.648	49.700											

Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo

Instituição / Linha credora	2019	2020	2021	2022	2023	2023+	Total
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	12.173	12.173	12.173	9.129	-	-	45.648
DEBENTURES - 2ª EMISSÃO	12.173	12.173	12.173	9.129	-	-	45.648

6.2 Abertura dos Ativos Financeiros - R\$ Mil

INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total
Ativos Financeiros	-	2.026	-	2.026
Caixa e Aplicações Financeiras	-	2.026	-	2.026
Saldo Final de Caixa - Conta 111	-	27	-	27
Aplic. Financ. Fundos DI	-	1.999	-	1.999

6.3 Composição do endividamento e dívida líquida - R\$ Mil

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2017	Total 2016
(+) Dívida Bruta	<u>42</u>	<u>4.010</u>	<u>45.648</u>	<u>49.700</u>	<u>16.067</u>
Financ. / Emprést.e Debent. Moeda Nacional	42	4.010	45.648	49.700	16.067
(+) Dívida Líquida I	<u>42</u>	<u>4.010</u>	<u>45.648</u>	<u>49.700</u>	<u>16.067</u>

7 Patrimônio líquido

7.1 Capital social

O capital social até 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 30.000 e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	<u>Número de ações em milhares</u>	
	Ordinárias	%
Transmineiras Holding S.A	12.300	41,00
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	7.200	24,00
Furnas Centrais Elétricas S.A	7.500	25,00
EATE	<u>3.000</u>	<u>10,00</u>
	<u>30.000</u>	<u>100,00</u>

7.2 Reserva de lucros

Reservas de lucros	31/12/2017	31/12/2016
Reserva legal (a)	5.890	5.065
Outras (b)	<u>(23.554)</u>	<u>15.135</u>
	<u>(17.664)</u>	<u>20.200</u>

- (a) A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.
- (b) Outras: refere-se ao montante do lucro apurado com base nas práticas contábeis internacionais introduzidas pela Lei nº 11.638/07, superior ao lucro apurado com base nas práticas contábeis anteriores à referida lei. A Administração da Companhia entende que tal parcela do lucro deve ser retida.

8 Receita operacional bruta

Receita Bruta	R\$ Mil	
	31/12/2017	31/12/2016
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	25.105	23.685
Total	25.105	23.685

9 Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	31/12/2017	31/12/2016
Pessoal	(520)	(431)
Remuneração	(315)	(273)
Encargos	(106)	(95)
Previdência privada	(7)	(6)
Assistência médica	(8)	(11)
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	(34)	(9)
Outros	(50)	(37)
Administradores	(192)	(177)
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	(159)	(157)
Benefícios dos administradores	(33)	(20)
Total	(712)	(608)

10 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia é enquadrada no regime tributário do lucro presumido, o qual é apurado trimestralmente sobre as receitas a CSLL - Contribuição social e o IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica. Os impostos são obtidos por meio da aplicação de alíquotas de presunção sobre as receitas, conforme abaixo:

Natureza	Alíquota de presunção - IRPJ	Alíquota de presunção - CSLL
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	8%	12%

Utilizando-se as alíquotas de presunção acima descritas, se obtém as bases de cálculo do imposto, sobre qual incidem o IRPJ com alíquota de 15% e a CSLL com alíquota de 9%. A parcela da base de cálculo que exceder ao valor resultante depois da redução de R\$ 240.000,00 no ano, sujeitará à incidência de adicional do imposto à alíquota de 10% (dez por cento).

11 Demonstração do resultado do exercício segregado por atividade

A Companhia é administrada como única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

12 Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

	Notas	31/12/2017			31/12/2016		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
<u>Ativo Circulante</u>							
Caixa e Equivalentes de Caixa		2.026	-	2.026	4.123	-	4.123
Concessionárias e Permissionárias	4	2.626	-	2.626	2.643	-	2.643
Arco Financeiro Setoriais		-	(24.567)	24.567		(24.202)	24.202
Tributos Compensáveis		118	-	118	126	-	126
Despesas Pagas Antecipadamente		3	-	3	3	-	3
Outros Ativos Circulantes		104	(1.145)	1.249	58	(1.116)	1.174
<u>Ativo Não Circulante</u>							
Concessionárias e Permissionárias	4	204	1	203	194	-	194
Ativos Financeiros Setoriais		-	(76.610)	76.610		(77.840)	77.840
Outros Ativos Não Circulantes		11	-	11	11	-	11
Imobilizado	5	61.293	61.275	18	63.754	63.732	22
Intangível	5	2.561	2.539	22	2.580	2.540	40
Total do Ativo		68.946	(38.507)	107.453	73.492	(36.886)	110.378
	Notas	31/12/2017			31/12/2016		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo							
<u>Passivo Circulante</u>							
Fornecedores		172	-	172	122	-	122
Empréstimos, Financiamentos e Obrigações Sociais e Trabalhistas	6	4.052	-	4.052	19.067	-	19.067
Tributos		36	-	36	42	(1)	43
Dividendos Declarados		638	36	602	613	-	613
Encargos Setoriais		3.917	-	3.917	888	-	888
Outros Passivos Circulantes		1.201	-	1.201	1.015	-	1.015
		746	709	37	773	773	-
<u>Passivo Não Circulante</u>							
Empréstimos, Financiamentos e Encargos Setoriais	6	45.648	-	45.648	-	-	-
Tributos Diferidos		-	(3.147)	3.147	-	(3.192)	3.192
Outros Passivos Não Circulantes		200	200	-	772	772	-
Total do Passivo		56.610	(2.202)	58.812	23.292	(1.648)	24.940
Patrimônio Líquido	7						
Capital Social		30.000	-	30.000	30.000	-	30.000
Reservas de Lucros		(17.664)	(36.305)	18.641	20.200	(35.238)	55.438
Total do Patrimônio Líquido		12.336	(36.305)	48.641	50.200	(35.238)	85.438
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		68.946	(38.507)	107.453	73.492	(36.886)	110.378

Companhia Transudeste de Transmissão
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Notas	31/12/2017			31/12/2016		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em Continuidade						
Receita / Ingresso						
	25.105	(25.105)	-	23.685	(23.685)	-
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição						
Receita de Operação e Manutenção	-	2.408	2.408	-	2.211	2.211
Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão	-	21.232	21.232	-	21.885	21.885
Tributos	-	-	-	-	-	-
PIS-PASEP	(163)	-	(163)	(154)	-	(154)
Cofins	(753)	-	(753)	(711)	-	(711)
Encargos - Parcela "A"	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(237)	-	(237)	(220)	-	(220)
Reserva Global de Reversão - RGR	(627)	-	(627)	(592)	-	(592)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(98)	-	(98)	(95)	-	(95)
	23.227	(1.465)	21.762	21.913	411	22.324
Receita Líquida / Ingresso Líquido						
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"						
Pessoal e administradores	(712)	-	(712)	(608)	-	(608)
Material	(11)	(1)	(12)	(13)	-	(13)
Serviços de terceiros	(1.181)	-	(1.181)	(1.437)	-	(1.437)
Arrendamento e aluguéis	(367)	-	(367)	(21)	-	(21)
Seguros	(9)	-	(9)	(9)	-	(9)
Depreciação e Amortização	(2.510)	2.487	(23)	(2.506)	2.485	(21)
Gastos diversos	(29)	-	(29)	(30)	-	(30)
Outras Receitas Operacionais	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Operacionais	-	-	-	(1)	-	(1)
Resultado da Atividade	18.408	1.021	19.429	17.288	2.896	20.184
Resultado Financeiro						
Despesas Financeiras	(2.688)	-	(2.688)	(4.284)	-	(4.284)
Receitas Financeiras	689	-	689	877	-	877
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	16.409	1.021	17.430	13.881	2.896	16.777
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(984)	46	(938)	(1.004)	(12)	(1.016)
Resultado Líquido das Operações em Continuidade	15.425	1.067	16.492	12.877	2.884	15.761
Operações Descontinuadas						
Lucro (Prejuízo) após o Imposto do Exercício	15.425	1.067	16.492	12.877	2.884	15.761
Resultante de Operações Descontinuadas	-	-	-	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício						
Atribuível Aos:						
Acionistas Controladores	15.425	-	16.492	12.877	-	15.761
Lucro Por Ação						
Básico - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores	514,17	-	549,73	429,22	-	525,35
Detentores de Ações Ordinárias						
Diluído - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores	514,17	-	549,73	429,22	-	525,35
Detentores de Ações Ordinárias						
Lucro por Ação Originado das Operações em Continuidade						
Básico - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias	514,17	-	549,73	429,22	-	525,35
Diluído - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias	514,17	-	549,73	429,22	-	525,35

12.1 Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), a infraestrutura implantada no âmbito dos contratos de concessão não reconhecida como ativo fixo ou como uma locação financeira, considerando que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla essa utilização, essa infraestrutura será reconhecida de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura abrangida pela concessão, implicando-se assim na utilização do modelo de ativo financeiro.

12.1.1 No modelo de ativo financeiro as receitas são segregadas da seguinte forma:

- **Receita de implantação de infraestrutura:** Esse tipo de receita quando aplicável é abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12) registra a implantação de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período. Consequentemente, a Companhia não identificou nenhuma margem de lucro líquido nessa fase.
- **Receitas de remuneração dos ativos da concessão:** Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.
- **Receitas de operação e manutenção:** Após a fase de implantação de infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir e os respectivos custos.

12.1.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Os ajustes são decorrentes substancialmente do reconhecimento das receitas financeiras e de construção oriundos da adoção do ICPC 01 (IFRIC 12) e OCPC 05 - contratos de concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

13 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária	48.641	85.438
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(38.506)	(36.886)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	2.201	1.648
Saldo do patrimônio líquido contabilidade regulatória	12.336	50.200

14 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido conforme contabilidade societária	16.492	15.761
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(1.022)	(2.896)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	(46)	12
Lucro líquido regulatório	15.424	12.877